SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 1058281 - SP (2025/0481541-2)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA MARLUCE CALDAS**
AGRAVANTE	:	GUSTAVO HENRIQUE GONCALVES ALVES
ADVOGADO	:	JULIO CESAR CAGLIUME - SP394986
AGRAVADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que não conheceu de habeas corpus impetrado em favor do paciente, condenado à pena de 5 anos de reclusão pelo crime de tráfico de drogas.

2. A defesa alega constrangimento ilegal no afastamento da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, sustentando que a fundamentação baseada exclusivamente em atos infracionais pretéritos é inidônea.

3. O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ*, mas sugeriu a concessão da ordem de ofício para aplicação da minorante em seu patamar máximo.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

4. A questão em discussão consiste em saber se é admissível o manejo de habeas corpus perante o Superior Tribunal de Justiça como sucedâneo de revisão criminal, após o trânsito em julgado da condenação proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e se há flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem de ofício.

III. RAZÕES DE DECIDIR

Documento eletrônico VDA59721946 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA Assinado em: 03/09/2026 10:28:20
Publicação no DJEN/CNJ de 08/09/2026. Código de Controle do Documento: 7dbac4c4-8870-49cd-97ad-e4fd5c705ae4

5. A decisão monocrática fundamentou-se na jurisprudência consolidada desta Corte Superior, que veda a utilização do habeas corpus como substitutivo de revisão criminal quando a condenação já transitou em julgado, o que ocorreu na espécie em 17/10/2025.

6. A competência para processar e julgar revisão criminal de acórdão proferido por Tribunal estadual é da própria Corte de origem, nos termos do art. 621 do CPP, não cabendo ao STJ inaugurar essa competência de forma transversa via *writ*.

7. A inexistência de flagrante ilegalidade ou teratologia obsta a concessão da ordem de ofício, especialmente quando não demonstrada de plano a incidência de erro judiciário que prescinda de dilação probatória ou de reexame de fatos, matérias reservadas à via revisional adequada.

IV. RESULTADO

8. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em Sessão Virtual de 27/08/2026 a 02/09/2026, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Messod Azulay Neto votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Brasília, 02 de setembro de 2026.

MINISTRA MARIA MARLUCE CALDAS
Relatora

Documento eletrônico VDA59721946 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA Assinado em: 03/09/2026 10:28:20
Publicação no DJEN/CNJ de 08/09/2026. Código de Controle do Documento: 7dbac4c4-8870-49cd-97ad-e4fd5c705ae4

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 1058281 - SP (2025/0481541-2)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA MARLUCE CALDAS**
AGRAVANTE	:	GUSTAVO HENRIQUE GONCALVES ALVES
ADVOGADO	:	JULIO CESAR CAGLIUME - SP394986
AGRAVADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que não conheceu de habeas corpus impetrado em favor do paciente, condenado à pena de 5 anos de reclusão pelo crime de tráfico de drogas.

2. A defesa alega constrangimento ilegal no afastamento da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, sustentando que a fundamentação baseada exclusivamente em atos infracionais pretéritos é inidônea.

3. O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ*, mas sugeriu a concessão da ordem de ofício para aplicação da minorante em seu patamar máximo.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

4. A questão em discussão consiste em saber se é admissível o manejo de habeas corpus perante o Superior Tribunal de Justiça como sucedâneo de revisão criminal, após o trânsito em julgado da condenação proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e se há flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem de ofício.

III. RAZÕES DE DECIDIR

Documento eletrônico VDA59381536 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA Assinado em: 25/08/2026 11:36:54
Código de Controle do Documento: 2e485d89-95cb-4205-b1c4-d6a26baf4786

5. A decisão monocrática fundamentou-se na jurisprudência consolidada desta Corte Superior, que veda a utilização do habeas corpus como substitutivo de revisão criminal quando a condenação já transitou em julgado, o que ocorreu na espécie em 17/10/2025.

6. A competência para processar e julgar revisão criminal de acórdão proferido por Tribunal estadual é da própria Corte de origem, nos termos do art. 621 do CPP, não cabendo ao STJ inaugurar essa competência de forma transversa via *writ*.

7. A inexistência de flagrante ilegalidade ou teratologia obsta a concessão da ordem de ofício, especialmente quando não demonstrada de plano a incidência de erro judiciário que prescinda de dilação probatória ou de reexame de fatos, matérias reservadas à via revisional adequada.

IV. RESULTADO

8. Agravo regimental desprovido.

RELATÓRIO

GUSTAVO HENRIQUE GONCALVES ALVES interpõe agravo regimental contra decisão monocrática desta relatoria que não conheceu do seu habeas corpus.

O agravante sustenta, em síntese, a viabilidade do manejo do *writ* como substitutivo de revisão criminal, quando evidenciada flagrante ilegalidade.

Requer, assim, o exercício do juízo de retratação ou a submissão do feito à Quinta Turma, para que seja aplicada a minorante no patamar de 2/3, com a fixação de regime prisional aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

A decisão agravada não conheceu da impetração por verificar que o habeas corpus foi manejado como substitutivo de revisão criminal, ante o trânsito em julgado da condenação ocorrido em 17/10/2025.

É o relatório.

VOTO

O agravo regimental não merece prosperar, devendo ser mantida a decisão monocrática por seus próprios e jurídicos fundamentos.

A insurgência da defesa contra a decisão que não conheceu da impetração não encontra amparo na jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal de Justiça. O agravante foi condenado em definitivo em 17/10/2025, tendo o presente *writ* sido impetrado posteriormente.

Conforme destacado no *decisum* agravado:

> Examinando as informações, verifica-se que, após proferida a sentença condenatória e julgado o recurso de apelação, sobreveio o trânsito em julgado da condenação em 17/10/2025, tendo o presente *writ* sido impetrado posteriormente, sendo, pois, substitutivo de revisão criminal.
>
> Com efeito, nos termos da jurisprudência desta Corte, não se deve conhecer do *writ* que se volta contra acórdão já transitado

Documento eletrônico VDA59381536 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA Assinado em: 25/08/2026 11:36:54
Código de Controle do Documento: 2e485d89-95cb-4205-b1c4-d6a26baf4786

em julgado, proferido por Tribunal estadual, manejado, assim, como substitutivo de revisão criminal, sendo cabível, em tais casos, apenas o ajuizamento de revisão criminal no Tribunal de origem, nos termos do art. 621 do CPP. A propósito: AgRg no HC n. 751.156/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 9/8/2022, DJe de 18/8/2022; AgRg no HC n. 883.060/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 22/4/2024, DJe de 25/4/2024.

Nesse sentido, cito ainda os seguintes precedentes:

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CONHECIMENTO. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. SUPRESSÃO INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

I. Caso em exame

1. Agravo regimental interposto contra decisão que não conheceu do habeas corpus, impetrado contra acórdão do Tribunal de origem já transitado em julgado.

2. O agravante pleiteia a extinção da punibilidade pela decadência do crime-fim tributário, com base no princípio da consunção, ou, subsidiariamente, a aplicação do princípio da insignificância, reconhecendo a atipicidade material do comportamento.

II. Questão em discussão

3. A questão em discussão consiste em saber se é possível a impetração de habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça contra acórdão transitado em julgado, como substitutivo de revisão criminal.

4. Outra questão é saber se há possibilidade de concessão de habeas corpus para declarar a extinção da punibilidade ou aplicar o princípio da insignificância, diante do trânsito em julgado da decisão condenatória.

III. Razões de decidir

5. **O Superior Tribunal de Justiça não possui competência para processar e julgar habeas corpus contra acórdão transitado em julgado, uma vez que a competência se restringe à revisão criminal de seus próprios julgados.**

6. A decisão agravada não apresenta teratologia ou coação ilegal que justifique a concessão da ordem de *habeas corpus*.

7. A jurisprudência do STJ estabelece que nulidades absolutas ou falhas no acórdão impugnado devem ser arguidas em momento oportuno, sujeitando-se à preclusão temporal.

8. A Corte de origem não se pronunciou sobre os temas expostos na impetração, impedindo o STJ de se debruçar sobre as matérias, sob pena de supressão de instância.

IV. Dispositivo e tese

9. Agravo regimental não provido.

Tese de julgamento: "1. **O STJ não possui competência para processar e julgar habeas corpus contra acórdão transitado em julgado, sendo a revisão criminal o meio adequado. 2. Nulidades absolutas ou falhas devem ser arguidas em momento oportuno, sujeitando-se à preclusão temporal. 3. O STJ não pode se debruçar sobre matérias não apreciadas pela Corte de origem, sob pena de supressão de instância."**

(AgRg no HC n. 916.691/MG, relator Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 12/3/2025, DJEN de 19/3/2025; grifos acrescidos.)

Documento eletrônico VDA59381536 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA Assinado em: 25/08/2026 11:36:54
Código de Controle do Documento: 2e485d89-95cb-4205-b1c4-d6a26baf4786

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. ATO APONTADO COMO COATOR TRANSITADO EM JULGADO. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REVISÃO CRIMINAL. AÇÃO AUTÔNOMA CABÍVEL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. "A impetração de *habeas corpus*, após o trânsito em julgado da condenação e com a finalidade de reconhecimento de eventual ilegalidade na colheita de provas, é indevida e tem feições de revisão criminal "(AgRg nos EDcl no HC n. 633.625/AC, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, 5ª T., DJe de 8/8/2022).

2. É vedada a inauguração, em *habeas corpus*, de tese defensiva não alegada e não debatida na via ordinária.

3. A competência do STJ para processar e julgar revisão criminal limita-se às hipóteses de seus próprios julgados. A defesa busca, diretamente perante esta Corte Superior, a desconstituição do trânsito em julgado da apelação, a fim de que seja reconhecida a nulidade das buscas veicular e pessoal ou que a pena do réu seja readequada. **Não há como conhecer da impetração, por não ser o STJ o órgão competente para examinar o pleito**. Ademais, a tese de ilicitude das buscas não foi previamente examinada pelas instâncias ordinárias, outra razão para obstar sua apreciação por este Tribunal Superior, a fim de não incidir em supressão de instância.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC n. 939.672/SC, relator Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 16/10/2024, DJe de 23/10/2024; grifos acrescidos.)

No caso, o *habeas corpus* foi impetrado nesta Corte 4/12/2025, após o trânsito em julgado do acórdão impugnado; sendo assim, entende-se por inviável o seu conhecimento, inexistindo ilegalidade flagrante a ser sanada, especialmente quando não há indicação de incidência de alguma das hipóteses previstas no art. 621 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

A via eleita revela-se inadequada, pois o habeas corpus não pode ser utilizado como sucedâneo de revisão criminal após o esgotamento das instâncias ordinárias com o trânsito em julgado. O descumprimento do rito previsto no art. 621 do CPP impede o conhecimento do remédio heroico, salvo em situações de flagrante ilegalidade, o que não se verifica na espécie.

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo regimental.

É o voto.

Documento eletrônico VDA59381536 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA Assinado em: 25/08/2026 11:36:54
Código de Controle do Documento: 2e485d89-95cb-4205-b1c4-d6a26baf4786

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO
QUINTA TURMA

AgRg no HC 1.058.281 / SP

Número Registro: 2025/0481541-2

PROCESSO ELETRÔNICO

MATÉRIA CRIMINAL

Número de Origem:
15013496020248260571 22615402024

Sessão Virtual de 27/08/2026 a 02/09/2026

Relator do AgRg

Exma. Sra. Ministra MARIA MARLUCE CALDAS

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Secretário

Me. MARCELO PEREIRA CRUVINEL

AUTUAÇÃO

IMPETRANTE : JULIO CESAR CAGLIUME
ADVOGADO : JULIO CESAR CAGLIUME - SP394986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUSTAVO HENRIQUE GONCALVES ALVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSUNTO : DIREITO PENAL - CRIMES PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE - CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO E USO INDEVIDO DE DROGAS - TRÁFICO DE DROGAS E CONDUTAS AFINS

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : GUSTAVO HENRIQUE GONCALVES ALVES
ADVOGADO : JULIO CESAR CAGLIUME - SP394986
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento eletrônico VDA59689601 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS, Assinado em: 03/09/2026 00:54:27
Código de Controle do Documento: df0bbfc4-bc54-4406-91d7-1c698559ac00

TERMO

A QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em Sessão Virtual de 27/08/2026 a 02/09/2026, por unanimidade, decidiu negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Messod Azulay Neto votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Brasília, 02 de setembro de 2026

Documento eletrônico VDA59689601 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS, Assinado em: 03/09/2026 00:54:27
Código de Controle do Documento: df0bbfc4-bc54-4406-91d7-1c698559ac00